



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS-CCHE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS ESPANHOL**

LUIZA LUANA BRITO DA SILVA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO DE LETRAS DO
CAMPUS VI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

**MONTEIRO-PB
2022**

LUIZA LUANA BRITO DA SILVA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO DE LETRAS DO
CAMPUS VI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Letras, da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em Letras Espanhol.

Orientadora: Prof. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón

**MONTEIRO-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586f Silva, Luiza Luana Brito da.
A formação dos professores efetivos do curso de letras do campus VI da Universidade Estadual da Paraíba e a educação inclusiva. [manuscrito] / Luiza Luana Brito da Silva. - 2022.
32 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHE."
1. Educação inclusiva. 2. Pessoa com deficiência. 3.
Capacitismo. I. Título

21. ed. CDD 370.115

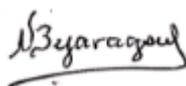
LUIZA LUANA BRITO DA SILVA

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO DE LETRAS DO
CAMPUS VI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

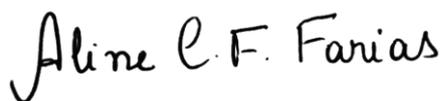
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Letras, da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em Letras Espanhol.

Aprovada em: 18/07/2022

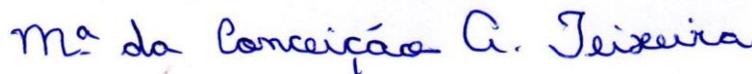
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Aline Carolina Ferreira Farias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Maria da Conceição Almeida Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a toda minha família, à minha mãe Maria Ivanilda, meu irmão Anderson Silva e minha avó Luiza. Dedico também de forma especial à memória do meu avô Inácio Ferreira de Brito (*In memoria*), a quem eu amava muito e queria que estivesse presente durante essa fase da minha vida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
3	O QUE É CAPACITISMO E COMO ELE ACONTECE?	15
4	A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	17
5	METODOLOGIA	19
6	RESULTADOS E REFLEXÕES	21
7	ALGUMAS CONCLUSÕES	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
	APÊNDICE 1- QUESTIONÁRIO	34

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EFETIVOS DO CURSO DE LETRAS DO CAMPUS VI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luiza Luana Brito da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de analisar e refletir sobre questões referentes à formação docente e a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Se justifica a escolha do tema devido à ideia de que a educação é um direito fundamental por lei para todos os cidadãos, portanto deve ser assegurada como também cumprida e pelo fato de que muitos professores questionam a falta de preparo para incluir alunos com deficiência em sala de aula. Dessa forma, desenvolvemos uma pesquisa com abordagem qualitativa-interpretativa, com objetivos de analisar a formação dos professores efetivos dos cursos de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus VI, verificando se tiveram disciplinas que abordassem a inclusão, investigando ainda se os docentes sabem o que é capacitismo. A geração de dados foi feita por meio de um questionário aplicado aos docentes envolvidos, e os resultados revelam a importância de investir em formações iniciais e continuadas, que sejam voltadas para o paradigma da inclusão, de modo que os docentes se sintam preparados para atender a diversidade inerente à sala de aula, como também saibam desenvolver práticas e estratégias inclusivas. Utilizamos como base teórica para este trabalho documentos como a LBI (2015) e a Declaração de Salamanca (1994), e autores como Mantoan (2015), Skliar (2003), Medrado (2016), Aragón (2020), Farias (2019), Andrade (2015).

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoa com deficiência. Formação inicial. Capacitismo.

RESUMEN

El presente trabajo tiene la finalidad de analizar y reflexionar sobre cuestiones referentes a la formación docente y a la inclusión de alumnos con discapacidad en la enseñanza superior. Se justifica la elección del tema debido a la idea de que la educación es un derecho fundamental por ley para todos los ciudadanos, por lo tanto, debe ser asegurada como también cumplida y por el hecho de que muchos profesores cuestionan la falta de preparo para incluir alumnos con discapacidad en el aula. De esta forma, desarrollamos una investigación con abordaje cualitativa, con objetivos de analizar la formación de los profesores efectivos de los cursos de Letra de la Universidad Estadual de Paraíba (UEPB), Campus VI, verificando si tuvieron asignaturas que abordasen la inclusión, investigando aún se los docentes saben que es el capacitismo. La colecta de datos fue realizada por medio de un cuestionario aplicado a los docentes participantes, y los resultados revelan la importancia de invertir en formaciones iniciales y continuadas, que sean enfocadas en el paradigma de la inclusión, de modo que los docentes se sientan preparados para atender a la diversidad inherente al aula, como también desarrollen prácticas y estrategias inclusivas. Utilizamos como base teórica para este trabajo

¹ Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: luizaluana.brito2910@gmail.com.

documentos como la LBI (2015) y la Declaración de Salamanca (1994), y autores como Mantoan (2015), Skliar (2003), Medrado (2016), Aragón (2020), Farias (2019), Andrade (2015).

Palabras-clave: Educación Inclusiva. Persona con discapacidad. Formación inicial. Capacitismo.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em inclusão, não estamos nos referindo apenas ao ingresso de alunos em escolas, mas precisamente, à permanência e a garantia de que serão incluídos no processo de ensino/aprendizagem, bem como respeitadas as diferenças, as peculiaridades e as especificidades de cada um. É preciso ter conhecimento de que dentro do ambiente educacional existe uma diversidade inerente a ele, que segundo Mantoan (2015), precisa ser acolhida, compreendida e respeitada, e que o ensino a partir da perspectiva do paradigma da inclusão deve ser solidário e participativo. Deste modo, quem defende um ensino inclusivo, age em prol de todos os grupos de alunos sem exceção.

A educação é um direito de todos os cidadãos, e a luta de pessoas com deficiência (doravante, PCD) para usufruir desse benefício é constante. Apesar de termos um avanço na legislação, como é o caso da LBI aprovada em 2015, ainda existe muitas dificuldades para que as pessoas com deficiência gozem de seus direitos, principalmente da educação. Porém, de acordo com Baiense “o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhões em 2019, aumento de 34,4% em relação a 2015” (BAIENSE, 2022, p. 30), e esse crescente ingresso de alunos com deficiência nas escolas nos leva a uma reflexão mais ampla sobre a educação inclusiva nos diversos contextos educacionais, principalmente no ensino superior, que é foco desta pesquisa.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.145 aprovada no ano de 2015, no artigo nº 27, é mencionado que a educação

[...] constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 8)

Desta forma, podemos observar que a PCD tem seu direito assegurado por lei a um sistema inclusivo, isto é, participar ativamente de todos os níveis educacionais, e conseqüentemente desenvolver suas habilidades e capacidades. Contudo, de acordo com Dantas (2019) a inclusão no ensino superior ainda é uma prática tida como algo distante das nossas realidades, e muitas são as dificuldades enfrentadas para o acesso e a permanência nas instituições superiores.

Partindo da premissa de que a educação é um direito fundamental de todos, essa pesquisa se justifica por estamos em constante luta pela inclusão em sociedade e pela garantia de que nossos direitos serão cumpridos conforme rege as leis do nosso país, e por muitos

professores questionarem o fato de não estarem preparados para lidar com a diversidade escolar e não terem uma formação adequada para ensinar alunos com deficiência.

Ao falar em inclusão de pessoas com deficiência nas esferas educacionais, surgem barreiras dos mais diversos tipos que impedem a escola e os docentes de adotarem medidas e práticas inclusivas que abranjam o público em geral. É pensando em motivos como este que o tema deste trabalho se concentra na inclusão no ensino superior e como os docentes estão sendo formados para incluir alunos com deficiência em sala de aula.

O interesse pelo tema surgiu a partir das aulas do componente curricular eletivo Tópicos Especiais em Língua Espanhola, ofertado no curso de Letras Espanhol pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no campus VI, que de certa forma abriu caminhos para a reflexão acerca da inclusão por meio de relatos de experiências de familiares e dos próprios alunos com deficiências que expunham suas dores e as dificuldades para participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem em diferentes modalidades educacionais.

Diante desta explanação, este trabalho tem como objetivo geral analisar como foi a formação dos professores efetivos dos cursos de Letras Espanhol e Português do Campus VI da UEPB. Este objetivo geral se desdobra em dois objetivos específicos, que são: 1) verificar se durante a formação inicial e continuada tiveram algum componente curricular que abordasse ou refletisse sobre a Educação Inclusiva; e 2) investigar se os docentes sabem o que é capacitismo.

Para a realização das investigações, foi realizada uma pesquisa qualitativa-interpretativa que nos possibilitou analisar e refletir sobre dados gerados por meio da aplicação de um formulário enviado aos professores efetivos dos cursos de Letras.

Para tanto, nosso trabalho está estruturado em seis capítulos, posterior a essa introdução. No segundo fazemos uma contextualização acerca da educação inclusiva e algumas leis que asseguram a inclusão de alunos com deficiência em todos os setores educacionais. Em seguida, no terceiro capítulo, discutimos sobre o que é o capacitismo e como ele acontece na sociedade. No quarto capítulo frisamos a importância da formação docente sob a perspectiva da educação inclusiva. No quinto, discorremos sobre o tipo de abordagem e os caminhos tomados para atingir os objetivos da pesquisa.

No sexto capítulo apresentamos e discutimos sobre a formação inicial e continuada dos professores de Letras Espanhol e Português da UEPB, bem como as ações realizadas para incluir todos os alunos, sem exceção, em sala de aula. Analisamos também a noção de capacitismo de cada um, se já tiveram alunos com deficiência, as práticas inclusivas e estratégias utilizadas durante o processo de ensino-aprendizagem, mostrando se houve

resultado ou não. Por último, finalizamos este trabalho expondo algumas considerações finais a que chegamos.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nossa atualidade é marcada pela diversidade que existe em nossa sociedade. Em tempos passados, essa diversidade era considerada anormal e as diferenças simplesmente não se encaixavam nos padrões predeterminados pelas diversas esferas sociais. No decorrer dos anos ocorreram mudanças a respeito dessa forma de ver o outro, Mantoan (2015) aponta para a busca da compreensão desse outro e o entendimento de que todos têm tempos diferentes de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, novas visões de mundo e novas leis foram surgindo para incluir todos os indivíduos, como é o caso da própria LBI mencionada anteriormente e a Declaração de Salamanca em 1994.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a inclusão pode ser entendida como:

a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas dimensões da vida (BRASIL, 2001, p. 20)

Assim, incluir refere-se ao ato de assegurar os direitos de todos os grupos, sem exceção, que de alguma forma se encontram excluídos, seja por suas diferenças físicas, mentais, de gênero, raça ou religião. Isso é corroborado por Camargo quando afirma que a inclusão é vista como “um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas nos contextos inclusivos têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas” (CAMARGO, 2017, p. 1). Dessa forma, entendemos que todos os indivíduos devem participar ativamente das atividades nas mais diversas esferas sociais.

Enquanto a educação, este paradigma refere-se ao direito do acesso de todos ao sistema de ensino, sem segregação e sem discriminação. De acordo com Mantoan

O direito à educação é indisponível e natural, não admitindo barganhas. Não há o que negociar quando nos propomos a lutar por uma escola para todos, sem discriminação, sem ensino à parte, diferenciado para os mais e os menos privilegiados. Meu objetivo, em uma palavra, é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusiva. (MANTOAN, 2015, p. 16)

Segundo a autora, as escolas inclusivas devem ser abertas para todos os alunos sem nenhuma distinção. E para que tenhamos um ambiente mais inclusivo, Mantoan (2015) enfatiza que é necessário ressignificar o papel da escola, dos professores, pais e comunidade, para que sejam mais solidários e plurais de convivência, ou seja, serem mais humanos.

A inclusão de pessoas com deficiência ganhou mais força a partir da segunda metade dos anos 90 com a Declaração de Salamanca que trata dos princípios, política e práticas da educação especial. De acordo com esse documento, “toda criança possui características, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (UNESCO, 1994, s.p), ou seja, cada ser é singular e traz consigo uma bagagem com necessidades específicas que devem ser respeitadas e atendidas. Entende-se, assim, que toda criança tem seu tempo de desenvolvimento e de aprendizagem.

Nesse cenário, é importante mencionar que as pessoas “estão sempre se diferenciando interna e externamente, e, portanto, não cabem, nem caberão, em categorizações, modelos, padrões” (MANTOAN, 2015, p. 15). Sendo assim, a diferença é algo que sempre existiu, contudo, nossa sociedade costuma padronizar seus indivíduos, normalizando tudo aquilo que não apresenta diferenças radicais, como por exemplo, o corpo sem defeitos ou imperfeições.

Por essa razão, muitas pessoas com deficiência foram excluídas e impedidas de levar uma vida cotidiana comum, de partilhar dos mesmos direitos e benefícios concedidos aos demais, e por muito tempo permaneceu a ideia de que não eram aptos à aprendizagem nem tinham a capacidade para se desenvolver.

Os tempos vêm mudando, contudo, pouco se entende sobre o que está por trás da educação inclusiva, uma vez que ainda estamos enraizados em práticas passadas que nos impedem de ter novas perspectivas da vida e de enxergar o *outro*² antes das suas diferenças. Portanto, a escola que almeja ser inclusiva precisa redefinir seus planos e efetivar uma educação voltada à cidadania global, sem preconceitos, e que além de reconhecer as diferenças dos seus integrantes é fundamental valorizá-las (MANTOAN, 2015).

3 O QUE É CAPACITISMO E COMO ELE ACONTECE?

O capacitismo é um termo pouco utilizado no vocabulário brasileiro e ainda é desconhecido por grande parte da sociedade, no entanto, está presente nas mais diversas situações do dia a dia, inclusive dentro da própria sala de aula. Este termo “designa toda e

² O *outro* segundo Skliar “É um outro, que se faz oscilar entre o ser-radicalmente-outro, o outro-igual e o outro-a-ser tolerado (e/ou aceito, e/ou a ser respeitado, e/ou a ser reconhecido etc)” (SKLIAR, 2003, p. 43).

qualquer forma de discriminação que caracterizam pessoas com deficiência como indivíduos incapazes, de pensar e atuar socialmente” (FARIAS, 2019, p. 57). Continuando, a autora afirma ainda que atitudes capacitistas

[...] marcam fortemente a vida e as formas de relações das pessoas com deficiência e suas famílias, nos espaços escolares e na sociedade em geral, impedindo-as de desempenhar uma participação plena e efetiva, por exemplo, no mercado laboral, no universo da cultura e do lazer, e até no exercício de sua sexualidade (Ibid.).

Com base na afirmação anterior, podemos dizer que esta nomenclatura é definida como toda e qualquer forma de exclusão e discriminação contra a pessoa com deficiência, chegando ao ponto de impedi-los de ter uma vida ativa social. Deste modo, o sujeito é visto como não igual e incapaz de cuidar de si próprio, bem como ser independente e autônomo (FARIAS, 2019).

Para Andrade (2015, s/p), esse tipo de preconceito “é extremamente sorrateiro, quase imperceptível a olho nu”, e por isso, ainda é desconhecido por grande parte de nossa sociedade, uma vez que não temos conhecimento daquilo que não enxergamos ou que não podemos identificar. O capacitismo é assim, uma força que parece ser invisível, mas que interfere fortemente na vida daqueles que possuem uma deficiência específica, e que não corresponde aos padrões de corpos perfeitos.

Na sequência, se encontra a Figura 1 que nos ajudará a analisar e compreender melhor o poder que essa “força invisível” exerce entre nós, vejamos:

Figura 1- Capacitismo



Fonte: Ferraz (1981)

Conforme mostra a Figura 1, podemos ver uma das várias formas de como esse preconceito acontece, e na maioria das vezes não percebemos que estamos constringendo o

outro ao imaginar que uma deficiência impede o ser humano de realizar ações corriqueiras. Ainda sobre o que Andrade menciona a respeito dessa terminologia, ela pode vir “acompanhada de uma capa de boas ações” (2015, s/p), ou seja, comentários, sentimentos e ações de caráter duvidoso, penoso ou até mesmo acreditar que a deficiência está relacionada a doenças ou a superação do indivíduo enquanto a suas limitações.

Nas escolas não é diferente, essas manifestações preconceituosas sempre ocorreram, principalmente quando um aluno com deficiência sofre *bullying*³ por suas condições físicas ou mentais, quando é deixado de lado do processo de ensino e aprendizagem, privado de se socializar com os demais por questões de acessibilidade no próprio ambiente escolar, enfim, são inúmeras as formas de cometer capacitismo na educação. É fato que essa realidade precisa urgentemente ser modificada, que a identidade da pessoa com deficiência deve ser ressignificada, e que a escola inclusiva possa se concretizar no agora e no futuro próximo.

4 A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva vem ganhando cada vez mais espaço nas universidades brasileiras, já é notável um crescente aumento nas matrículas de alunos com deficiência no ensino superior. De acordo com Baiense “entre os anos de 2009 e 2018 os dados do Censo da Educação Superior apontam um aumento de 113% do número de alunos com deficiência (AcD) matriculados em cursos de graduação” (BAIESE, 2022, p. 9). Diante disso, percebe-se que a busca por uma vida acadêmica ativa se tornou algo desejado por muitos, no entanto, em meio a diversas mudanças ocorridas ao longo dos tempos, ainda é comum o aparecimento de barreiras que impedem a democratização do ensino. Segundo Glat e Pletsch:

A falta de escolarização e desenvolvimento de conceitos básicos necessários para viver uma vida autônoma impedem muitos alunos com deficiências, sobretudo intelectual e ou transtornos do desenvolvimento (como autismo) de ingressarem no mercado de trabalho ou terem uma vida adulta mais significativa existencialmente (GLAT e PLETSCHE, 2010, p. 348).

É visto que alunos com deficiência ainda são os menos favorecidos quando o assunto é direito à escolarização e a uma vida cotidiana tida como normal. Ingressar em uma universidade é uma forma de ampliar nossos conhecimentos e nos prepararmos para o

³ Bullying é uma palavra de origem inglesa que designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

mercado de trabalho. Contudo, se pessoas com deficiência forem consideradas incapazes de desempenhar papéis significativos, será impossível que os mesmos almejem esses objetivos e se tornem indivíduos autônomos.

Dessa forma, o grande desafio das licenciaturas é justamente o de formar indivíduos profissionalmente éticos (MEDRADO, 2014), isto é, educadores capazes de valorizar e respeitar a diversidade humana. Consideramos que além de se sentirem preparados para desenvolver estratégias de ensino para mediar a aprendizagem de todos os alunos, sem exceção, os futuros professores devem desenvolver a empatia/responsabilidade pelo *outro* ao longo da formação inicial (DANTAS, 2019).

No entanto, no contexto atual, é inevitável o discurso docente de não estarem preparados para acolher todos os grupos de alunos nos vários níveis da educação, sobretudo de pessoas com deficiência visual, auditiva e/ou intelectuais, entre outras. Isso acontece porque durante a formação, seja inicial ou continuada, não foram orientados a desenvolver um ensino igualitário, de modo que este atenda a todos sem exceção.

De acordo com as orientações da LBI, no artigo nº 28, o inciso XIII remete ao “acesso à educação superior e a à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 9). Outra orientação tão importante quanto a anterior está presente no inciso XIV, onde mostra que deve ser adotada a “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de educação superior [...]” (BRASIL, 2015, p. 9), de temas sobre a pessoa com deficiência e a sua inclusão nos diversos campos de conhecimento e modalidades de ensino.

Assim, a formação inicial e continuada de professores deve estar voltada para a perspectiva da educação inclusiva, desse modo os futuros docentes se sentirão mais preparados/capacitados para incluir em sala de aula (DANTAS, 2019; ARAGÓN, 2020; MEDRADO e CELANI, 2017).

Sobre a formação docente, Flores aborda que

A formação de professores constitui um processo que implica uma reflexão permanente sobre a natureza, os objetivos e as lógicas que presidem à sua concepção, organização e operacionalização. Por outras palavras, falar de formação de professores implica falar da forma como se encara o ensino e refletir o que significa ser professor num determinado contexto (FLORES, 2003, p. 127)

A reflexão do ser professor está ligada a mediação dos conhecimentos, mas também ao ato de ser mais humano e acolhedor em todos os contextos. Conhecer seus alunos é um passo fundamental para o aperfeiçoamento do ensino, é de suma importância que o professor procure entender as diferenças que existem dentro do ambiente educacional. Essas diferenças

não podem ser ignoradas, muito menos deixadas de fora do processo de ensino. Ainda sobre a formação docente

As exigências e responsabilidades colocadas aos professores são, assim, cada vez mais complexas, pois estes têm não só de lidar com uma maior diversidade de alunos provenientes de diferentes backgrounds sociais e culturais e com capacidades de aprendizagem distintas e de fomentar uma variedade de situações de aprendizagem para responder a necessidades e motivações diversas, mas têm também de demonstrar um conhecimento pedagógico e didático fundamentado para selecionar e construir os melhores materiais e estratégias curriculares no contexto da sala de aula que se caracteriza por uma heterogeneidade e uma complexidade cada vez maiores. Espera-se que eles pensem sobre a sua prática, que mudem e se desenvolvam profissionalmente enquanto aprendentes ao longo da vida, mas também se lhes exige que envolvam todos os alunos na aprendizagem promovendo o seu bem-estar e o seu desenvolvimento numa perspectiva holística (FLORES, 2003, p. 129).

Diante da complexidade que implica ser professor, acreditamos e afirmamos que a formação de professores deve ser promovida sob a perspectiva da educação inclusiva (DANTAS, 2019; ARAGÓN, 2020), uma vez que o docente precisa estar preparado para a diversidade inerente a sala de aula, capaz de desenvolver materiais adaptados e estratégias de aprendizagens para envolver os discentes no processo educativo, podendo assim cooperar com o aperfeiçoamento das habilidades e capacidades de todos os alunos.

5 METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado para a apresentação da metodologia da pesquisa e para a exposição dos caminhos e das decisões tomadas para atingir os objetivos almejados. Assim, o presente trabalho está fundamentado em uma abordagem qualitativa-interpretativa, visto que a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Portanto, o interesse deste trabalho não está voltado para as quantidades encontradas durante a análise, e sim para a interpretação e compreensão de como aconteceram as formações iniciais e continuadas dos professores em questão, além das iniciativas que precisam colocar em prática para incluir alunos com deficiência em sala de aula.

Para Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa procura entender e interpretar os fenômenos sociais inseridos em determinados contextos, além disso, permite ao pesquisador obter resultados por meio de investigações. Neste sentido, “o pesquisador está interessado em um processo que ocorre em determinado ambiente e quer saber como atores sociais

envolvidos nesse processo o percebem, ou seja: como interpretam” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 34). Dessa forma, nós estamos interessados em entender como os professores efetivos do curso de Letras da UEPB Campus VI percebem a sua formação inicial e continuada para a inclusão de PCD nas suas salas de aula.

Assim, entendemos que, este tipo de pesquisa representa um processo permanente de produção de conhecimentos, em que a partir dos dados examinados nos será permitido interpretar, observar e ter um posicionamento diante da realidade analisada, considerando e respeitando “as diversas opiniões, crenças e preconceitos dos colaboradores” (DIEZ; HORN, 2013, p. 28).

Como já foi mencionado anteriormente, a intenção de desenvolver uma pesquisa voltada para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior se deu a partir das aulas do componente curricular Tópicos Especiais em Língua Espanhola, disciplina eletiva ofertada pelo curso de Letras Espanhol do Campus VI da Universidade Estadual da Paraíba. Diante disso, foi pensado em um trabalho que pudesse ser desempenhado no mesmo ambiente de estudo, ou seja na própria instituição (UEPB).

A UEPB Campus VI está localizada na cidade de Monteiro-PB, e ao todo oferece 4 cursos de graduação, sendo 3 de licenciatura plena (Matemática, Letras Português e Espanhol) e um bacharelado em Ciências Contábeis. É importante destacar que o intuito da pesquisa se concentra em trabalhar apenas com os docentes de Letras justamente por haver uma identificação com essa área em que estudo.

Para a geração de dados, pensamos na escolha de um instrumento simples e prático, que possibilitasse a obtenção de todas as informações necessárias. Elaboramos um formulário/questionário no Google Formulários intitulado “O trabalho docente no ensino superior e a educação inclusiva” que conta com doze perguntas, abertas e de múltipla escolha que investigam questões pessoais e profissionais dos professores que atuam nos referidos cursos.

As seis primeiras questões foram elaboradas com o intuito de conhecer melhor o perfil dos participantes e as outras seis abordam temas sobre a formação dos colaboradores desta pesquisa, as quais serão alvo da nossa análise. A decisão por questões abertas e de múltipla escolha se deu unicamente para analisar a subjetividade dos fatos, permitindo-nos ter acesso aos comentários particulares, como também as opiniões e pontos de vista dos colaboradores acerca do tema aqui pesquisado.

Em seguida, solicitamos à coordenação do curso de Letras uma lista com os nomes dos docentes lotados no curso e seus e-mails institucionais para realizar o envio do material.

Para a geração dos dados, aplicamos o questionário de forma on-line, pois tendo em vista o cenário em que vivíamos com a pandemia da Covid-19⁴, esta foi a maneira mais viável e segura no momento e a devolução dos questionários respondidos aconteceu no período de 08/09/2021 à 01/10/2021. A identificação dos colaboradores é dada de acordo com a ordem dos questionários respondidos, neste caso, nos referimos a eles como: colaborador 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, e 13.

É importante informar aqui que, ao todo, são 14 professores efetivos nos cursos de Letras, homens e mulheres, com idades entre 34 e 49 anos e variados tempos de docência no ensino superior, a exemplo de 5 a 19 anos de carreira. São docentes com graduações, mestrados, doutorados, pós-doutorado e especializações. Dentre os colaboradores da pesquisa, uma professora não respondeu ao questionário, pois se encontra na função de orientadora deste trabalho.

6 RESULTADOS E REFLEXÕES

Para iniciar a nossa análise achamos pertinente compartilhar um depoimento de um aluno do ensino superior com deficiência visual. Nene é o pseudônimo usado pelo estudante para nos contar algumas de suas experiências e frustrações como aluno universitário, já que estas ocorrem diariamente em sala de aula.

[...] Muitas vezes sentimos falta do carinho do aluno que tá ali do nosso lado, porque eles se levantam e você quando percebe o silêncio, você está sozinho, nem o aluno que está perto de você avisou, nem o próprio professor que a vida é corrida, ele sai mais rápido da sala para outra sala, as aulas são corridas [...]. Às vezes, o professor não tem uma formação para acompanhar o deficiente visual, então ele aplica a aula [...] e quando você vai tirar dúvida com ele, vai cobrar alguma coisa dele, ele não sabe responder, porque até então ele não tem conhecimento, né? De lidar com a pessoa com deficiência visual [...] Muitas das vezes saímos tristes, porque o professor chega entrega um papel em tinta, [...] explica e vai embora, e aí acabou, e quer o trabalho feito, né? (Nene) (DANTAS, 2020, p. 20)

Através da fala de Nene, podemos perceber a falta que faz uma educação acessível, e o quanto isso é prejudicial na vida de estudantes com deficiência que tentam ingressar no ensino superior ou que já estão cursando. Nossa educação necessita de reparos e mudanças que atendam o público geral, e as universidades precisam oferecer aos futuros docentes uma formação onde eles possam ter conhecimento necessário sobre como agir diante da diversidade inerente à sala de aula. Identificamos também neste relato o quanto é necessário a

⁴ A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 08 de março de 2022.

sensibilidade dos alunos e professores, a dedicação e a participação de ambos no processo de ensino-aprendizagem inclusivo.

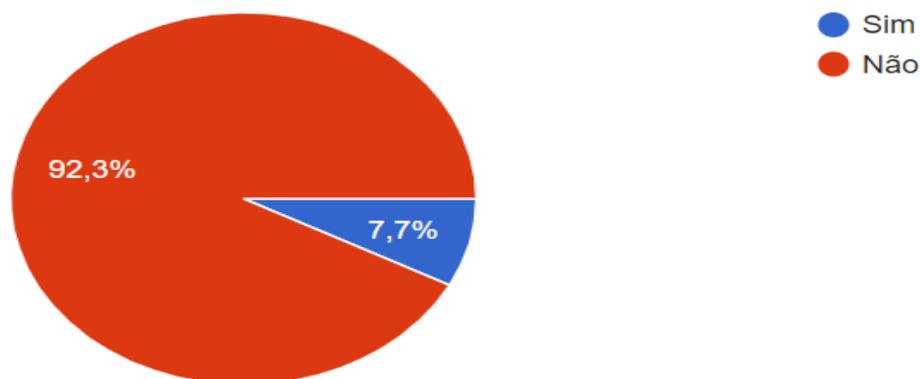
É a partir de experiências como essa, de alunos com deficiência, que pensamos em desenvolver esta pesquisa voltada para atender os objetivos sugeridos na introdução. O objetivo geral proposto é analisar como foi a formação dos professores efetivos dos cursos de Letras Espanhol e Português da UEPB Campus VI, e os objetivos específicos: 1) verificar se durante a formação inicial e continuada esses docentes tiveram algum componente curricular que abordasse ou refletisse sobre a Educação Inclusiva; 2) investigar se os docentes sabem o que é capacitismo.

Diante desses objetivos, enfatizamos que a análise que apresentamos a seguir foi guiada pelas questões descritas no questionário, para dessa forma, alcançar uma melhor sistematização das reflexões a que nos propomos. Iniciamos partindo da questão seis, já que as questões anteriores tinham o objetivo de obter informações sobre o perfil profissional dos colaboradores.

QUESTÃO 6 – Componentes curriculares que abordam a inclusão

Nesta questão, perguntamos aos participantes dessa pesquisa se tiveram em suas graduações componentes curriculares que abordassem temas referentes à educação inclusiva/especial, e assim poder analisar como foram as formações de cada um deles. Dentre as respostas obtidas apenas um professor (7,7%) dos treze colaboradores afirma ter tido durante o curso disciplinas que tratassem da educação inclusiva, como podemos visualizar no gráfico 1 a seguir

GRÁFICO – 1



Fonte: própria, 2022.

A partir desses resultados, observamos que houve uma grande carência na formação dos professores colaboradores, e isto nos leva a pensar que, são docentes que não foram preparados para atender a diversidade inerente à sala de aula. Entretanto, é preciso deixar claro que o propósito desta pesquisa não é o de criticar ou culpar o docente universitário por não ter tido a oportunidade de se aprofundar nesse universo novo, e sim, de mostrar a realidade que vivenciamos. Medrado já questionava sobre o fato de “como culpabilizar a professora que passou por um curso de graduação que sequer contemplava em seu currículo questões de inclusão?” (MEDRADO, 2016, p. 266).

Por outro lado, devemos levar em consideração que as leis e documentos oficiais que orientam a inserção de temas sobre PCD foram elaboradas recentemente, por isso, acreditamos que os nossos colaboradores se formaram antes da elaboração desses documentos, o que poderia explicar a ausência de componentes curriculares que abordem sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

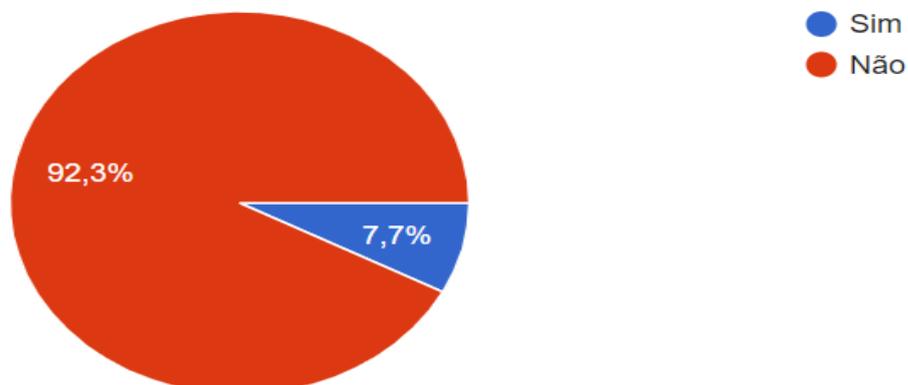
Diante desse cenário, faz-se premente que se reflita sobre a importância da formação inicial e continuada de professores conterem componentes curriculares nos quais docentes possam compreender a relevância da inclusão em sala de aula. Isso é discutido por Medrado e Celani (2017), quando dizem que é preciso pensar sobre quais conteúdos e temas poderiam ser acrescentados nas grades curriculares dos cursos de licenciatura.

Aragón complementa o mencionado acima quando afirma que “a inclusão de temas sobre as pessoas com deficiência e um ensino superior pautado na perspectiva da Educação Inclusiva permitiria que os graduandos se sentissem mais capacitados para incluir em sala de aula” (ARAGÓN, 2020, p. 190). Ações deste tipo fariam com que o docente se sentisse preparado para o exercício ativo inclusivo e capaz de pensar no bem coletivo. A autora ressalta ainda que, a revisão das propostas curriculares acrescentaria bastante no desenvolvimento de uma educação cada vez mais justa e ética.

QUESTÃO 7 – Cursos de especialização em Educação Inclusiva

Enquanto a questão 7, queríamos saber se os docentes entrevistados fizeram algum curso de especialização em Educação Inclusiva, apenas um dos entrevistados (7,7%) respondeu que realizou especialização nessa área. Vejamos no gráfico 2

GRÁFICO 2



Fonte: própria, 2022.

Esse é um dos pontos consideráveis para nossa reflexão, pois nos faz perceber o quanto é significativo para o docente a formação continuada e quão necessário é manter-se atualizado em um mundo que está a todo momento clamando por mudanças e melhorias para todos.

Partindo do ponto de vista de uma educação mais inclusiva, o mais interessante seria que os participantes tivessem optado por uma formação continuada nesta área que lhes oferecessem um suporte teórico e prático consistente, e que possibilitasse o agir de maneira mais segura e competente durante o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

QUESTÃO 8 – Alunos com deficiência

Na questão 8, perguntamos aos entrevistados se já tiveram em sala de aula alunos com deficiência. Dentre as respostas obtidas, sete colaboradores dos 13 participantes afirmaram ter tido alunos com deficiências e a maioria deles foram visuais e intelectuais, enquanto os demais responderam não. Vejamos a fala do colaborador 4

Na Educação Básica: deficiente auditivo, intelectual, dislexia, discalculia. No ensino superior, algumas suspeitas de deficiência intelectual e alguns transtornos, mas nenhum que tenha sido esclarecido (Colaborador 4, questão 8)

Através dessa fala, podemos identificar que o Colaborador 4 teve alunos com deficiência tanto na educação básica como no ensino superior, e também algumas suspeitas, porém nada esclarecido. Além do Colaborador 4 outros dois também mencionaram que

apenas desconfiavam de terem discentes com deficiência intelectual, já que não tiveram acesso ao laudo de saúde.

QUESTÃO 9 – Inclusão de alunos com deficiência

Com base na questão anterior, consideramos relevante, para a reflexão que buscamos fazer aqui, perguntar aos participantes da pesquisa se conseguiram incluir os alunos com deficiência presentes nas suas salas de aula. Vejamos o que nos diz o Colaborador 4 em relação a este questionamento:

A falta de formação dificultou a inclusão em alguns momentos, bem como a falta de apoio da instituição na qual eu trabalhava na época. O que fiz foi muito na base da tentativa e erro. Facilitava que os outros alunos já estudavam há um tempo com esses alunos e ajudavam na prática. Apenas 1 desses alunos não consegui trabalhar melhor, por resistência da aluna e de sua mãe. (Colaborador 4, questão 9) (Destaque nosso).

Confirmamos na fala do Colaborador 4, como mencionado anteriormente, a importância das graduações serem na perspectiva da educação inclusiva. O colaborador afirma ainda que a falta de formação dificultou muito o processo de inclusão, e que em alguns momentos precisou se arriscar na tentativa e erro. É preciso mencionar que este professor teve mais de um aluno com deficiência, na resposta da questão anterior do questionário ele conta que eram alunos com dislexia, discalculia, surdos e deficientes intelectuais.

Além disso, é notável que este professor não teve um apoio da instituição de ensino, como também uma resistência de aluna e de sua mãe, o que impossibilitou bastante o trabalho docente inclusivo. Neste caso, observamos que o docente agiu de forma ética e empática, pois procurou reagir diante de tal situação, mesmo que de forma improvisada e sem apoio, porém tentou e esteve disposto a incluir seus alunos.

Todavia, devemos lembrar que o processo de inclusão não depende unicamente do professor, e sim de um conjunto de agentes, a própria LBI em seu capítulo IV do direito à educação, descreve no parágrafo único que tanto o estado, como a família e a comunidade escolar devem assegurar uma educação de qualidade aos alunos com deficiência (BRASIL, 2015), e neste caso vimos que a lei não foi cumprida.

Ainda sobre o processo de inclusão, vejamos a resposta de outro colaborador

O processo de inclusão foi tranquilo. Ele foi meu aluno numa faculdade particular, então tinha o computador adaptado com programas para ele. Era um ótimo aluno, esforçado, acompanhava todas as aulas, desenvolvia bem os trabalhos e tinha uma

ótima interação com os colegas. Também desenvolvia trabalhos em grupo com excelência (Colaborador 6, questão 9).

Vemos que nesta fala, o Colaborador 6 relata ter sido tranquilo o processo de inclusão, e para entendermos melhor esta resposta é preciso esclarecer que este aluno ao qual ele se refere tinha deficiência visual. Ele conta que o aluno desenvolvia bem os trabalhos de forma individual como também em coletivo, e isso nos mostra que todos estavam envolvidos no processo de inclusão deste aluno e dispostos a ajudar sempre que necessário. E este deveria ser o papel de toda comunidade escolar, ajudando a construir um mundo mais justo e solidário.

O Colaborador 6 menciona ainda algo importante para nossa reflexão, ele diz ter sido tranquilo o processo de inclusão porque teve como recurso computadores e programas adaptados, mais conhecidos como Tecnologias Assistivas - TA. De acordo com Quintela (2016), as TA possibilitam que as pessoas com deficiência física desenvolvam suas competências e rompam barreiras que impedem sua aprendizagem. Portanto, são ferramentas capazes de suprir a singularidade dos alunos e auxiliam tanto o professor como o aluno no processo de ensino-aprendizagem.

QUESTÃO 10 – Capacitismo

Dando continuidade, na questão 10 buscamos saber se os docentes participantes tinham conhecimento sobre o que é o capacitismo e o que está por trás dele. Das respostas obtidas, dez dos participantes disseram que sabem o que é capacitismo, e apenas dois responderam não para a pergunta. O que consideramos ser um ponto positivo, já que alguns estudos mostram que no nosso país esta palavra ainda é pouco conhecida e escassamente empregada. (FARIAS, 2019, p. 59).

Ao ouvir falar em capacitismo, muitos de nós não sabemos o que realmente isso significa e o que de fato abrange essa nomenclatura. Qual o peso que ele exerce na vida das pessoas com deficiência? Esta é uma pergunta que nos faz refletir a respeito das nossas práticas docentes, como ensinamos e como nos comportamos diante de tais situações que envolvem discriminação com o outro.

De modo simples, o capacitismo se resume em discriminações e preconceitos com as PCD, que estão enraizadas na nossa sociedade e podem estar presentes em diversas situações do dia a dia e principalmente na sala de aula, onde se encontram as diferenças. Diferenças essas que muitas vezes não são aceitas muito menos respeitadas. São várias as formas que o

capacitismo se manifesta e afeta diretamente a vida dos sujeitos, como por exemplo, acreditar que a deficiência torna o indivíduo incapaz de ser um sujeito autônomo e independente, inapto ao trabalho e etc. (ANDRADE, 2015, s/p).

Nas questões anteriores vimos que a maioria dos colaboradores não receberam uma formação voltada para a educação inclusiva/especial, porém, percebemos que os mesmos estão cientes de que é necessário ter entendimento a respeito do tema e assim evitar em sala de aula certos constrangimentos e discriminações contra aos alunos com deficiência.

QUESTÃO 11 – Barreiras para efetivação da inclusão de alunos com deficiência

Nesta questão, buscamos analisar aspectos considerados importantes pelos colaboradores para derrubar barreiras excludentes na educação. A grande maioria das respostas apresentam pontos relevantes para nossa discussão e relacionados principalmente à formação de professores. Vejamos

Formação que inclua o desenvolvimento de competências e habilidades para promover essa inclusão nos processos de ensino/aprendizagem; adequação dos espaços físicos, materiais didático-pedagógicos e quaisquer outros recursos utilizados nas práticas docentes; possibilidade institucional de termos uma quantidade maior de tutores que atuem no apoio pedagógico aos docentes, especialmente nos campus do interior; realização de mais eventos institucionais onde possam ser pensadas e discutidas essas questões, como é o caso das jornadas pedagógicas (Colaborador 2, questão 11).

De acordo com a fala do Colaborador 2, é inegável que uma das formas para derrubar barreiras que excluem é a formação de professores, ou seja, é necessário ter uma formação pautada na perspectiva da educação inclusiva para promover a inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula. Nessa linha de discussão, Medrado (2016) destaca que esta é uma das maneiras para transformar a relação entre professor e aluno, pois é na formação inicial que podemos ressignificar o conceito de diferença ou de alteridade, e ainda o conceito de ética profissional.

Outro ponto apresentado pelo colaborador e não menos importante é a questão da adequação dos espaços físicos. Não basta dizer que as pessoas com deficiência têm direitos básicos se não são assegurados. Por exemplo, é difícil para um cadeirante ter que entrar numa escola onde existem vários degraus para subir e nenhuma rampa de acesso. Além disso, é fundamental que o docente receba apoio de tutores e tenha acesso a recursos que ajudem na prática docente, como é o caso dos materiais didáticos adaptados, bem como formação para utilizá-los.

Portanto, não podemos deixar apenas nas mãos dos professores o papel de fazer inclusão, toda a sociedade é responsável por essa tarefa. A seguir o Colaborador 12 aponta alguns dos aspectos que considera ser barreiras excludentes, vejamos

São diversos fatores de diversas ordens. Acredito, porém, que as barreiras estão relacionadas, principalmente, a crenças. Nesse sentido, um trabalho sobre as crenças acerca da inclusão de alunos com deficiência é o primeiro passo a ser feito. Um segundo aspecto diz respeito a uma rede de acompanhamento desse professor e do aluno (intérpretes, psicólogos, etc). (Colaborador 12, questão 8)

Diante dessa resposta, vemos um ponto de grande relevância para nossa discussão, o docente participante aponta que existem diversos fatores que interferem na inclusão, porém menciona as crenças como uma das principais. Neste caso, podemos destacar aqui uma ligação entre crenças e capacitismo, uma vez que o capacitismo é considerado uma grande barreira excludente e está relacionado a tudo aquilo que discrimina e interfere diretamente na vida da PCD, e as crenças nos fazem acreditar que alunos com deficiência não estão aptos à aprendizagem ou atrapalham os demais em sala de aula, além disso, a ideia de que os professores nunca vão estar preparados para ensiná-los.

Vejamos o que diz outro colaborador

Para derrubar essas barreiras, creio que devemos olhar para o "outro" e buscar entendê-lo. Olhar para o outro envolve o cultivo de um relacionamento interpessoal saudável por meio de uma boa escuta e de um distanciamento de padrões socialmente estabelecidos do que seja "normal". A busca de conhecimento, evidentemente, também é de suma importância. Lembro que, antes de ser professor do ensino superior, fui professor de inglês na educação básica em uma escola pública. Lá encontrei, por exemplo, um aluno cego. Saindo de uma graduação que não me preparou para esse contexto, percebi que não sabia o que fazer. No entanto, lembrei-me das aulas e dos textos que li que enfatizavam a necessidade de uma prática humanista. Foi na conversa com o aluno cego que fui guiado no sentido de repensar minha prática para torná-la inclusiva (Colaborador 13, questão 11).

Nesta fala é possível perceber vários aspectos importantes para derrubar barreiras excludentes, como por exemplo, "olhar para o *outro* e buscar entendê-lo", esta frase é necessária para nossas gerações, ela se encaixaria perfeitamente como uma espécie de espelho para todas as sociedades que não sabem enxergar o próximo como ele deveria ser visto. E assim poder quebrar padrões estabelecidos de corpos perfeitos e normalidade.

Ademais, é visto que a busca por conhecimentos também é fundamental para o ensino. Vemos que o docente relata uma experiência única e repleta de aprendizagem, pois o colaborador afirma não ter sido preparado na graduação para incluir e conseqüentemente não sabia o que fazer diante de um contexto diferente do qual estava acostumado. Mas, sua ética profissional além dos textos que leu que enfatizavam práticas humanísticas, e, isto é,

se importar com o outro, conversar com o aluno cego e ser guiado por ele, tornaram possível repensar sobre o seu agir pedagógico e se tornar um docente inclusivo.

QUESTÃO 12 – Jornadas pedagógicas da UEPB e a inclusão

Para finalizar a análise, consideramos interessante obter informações sobre as jornadas pedagógicas⁵ da instituição em questão, já que é uma grande oportunidade para refletir sobre inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula, além de poder partilhar ideias, experiências e conhecimentos no que diz respeito a este tema.

Dentre as respostas obtidas a maioria delas foram “não lembro se houve com este tema”, ou “não participei”, entretanto, todos os participantes enfatizam a importância da temática no evento. Elegemos duas das respostas para discutir com mais detalhes

A primeira e única vez onde essa questão foi tematizada foi na Jornada Pedagógica 2021.1, da qual participei da concepção, organização e realização. Como colocado na questão anterior, esse tipo de discussão nesse tipo de espaço institucional é fundamental, justamente pelo fato de que muitos dos nossos docentes, inseridos nos mais variados e diferentes cursos de graduação, não tiveram em suas formações oportunidade de ser capacitados para lidar com a inclusão (Colaborador 2, questão 12).

De acordo com o Colaborador 2, essa questão foi tematizada recentemente pela primeira e única vez na Jornada Pedagógica de 2021.1. Através desta fala é identificado e comprovado que ainda existe uma carência muito grande na formação continuada dos professores da UEPB, inclusive as promovidas pela instituição, quando o assunto é política de inclusão. Sabemos da importância deste tema, entretanto, não é discutido nesse evento que acontece uma semana antes do início de cada novo semestre.

Como consequência do avanço na aprovação de leis e decretos que garantem os direitos das pessoas com eficiência, vemos que estes indivíduos têm cada vez mais acesso às instituições superiores. Diante dessa nova realidade, os cursos de graduação devem incluir, sim, temáticas sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Vejamos o que nos diz o Colaborador 13:

Nesses eventos, nunca vi qualquer oficina ou minicurso voltado para uma prática docente inclusiva. Em eventos particulares, pesquisadores vinculados a grupos de

⁵ O objetivo desta sinergia comunitária é mobilizar todos os docentes da UEPB para o empreendimento da reflexão sobre suas práticas pedagógicas e para o compartilhamento dessas experiências docentes exitosas, tendo em vista o aprimoramento do ensino no âmbito da UEPB. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1p0JJWpAdTVXrEa300MENTcqUTtJrT_La/edit?usp=drivesdk&oid=109633956840232063746&rtprof=true&sd=true&disco=AAAacvV8K3M. Acesso em: 18 de julho de 2022.

estudo e pesquisa por vezes organizam mesas redondas, grupos de trabalho e palestras. Lembro da recente palestra da Profa. Náthaly que assisti em um evento organizado pelos alunos do Centro Acadêmico de Letras da UEPB (Campus VI). Seria importante, no entanto, que as jornadas pedagógicas abordassem esse tema, pois assim teríamos um alcance maior no que se refere à formação dos docentes da UEPB (Colaborador 13, questão 12).

Percebemos na fala do Colaborador 13 que mais uma vez é mencionado não serem abordados temas referentes a inclusão nas Jornadas Pedagógicas da referida instituição. Porém, relata algo importante sobre outros eventos particulares nos quais são inseridas essas temáticas, como é o caso de palestras, mesas redondas e grupos de pesquisa onde participam os alunos da UEPB campus VI.

Chegamos ao final da reflexão que propomos realizar, e que afirmamos que a discussão e reflexão de temas sobre inclusão nas Jornadas Pedagógicas fariam muita diferença na formação continuada dos professores efetivos dessa instituição. Propiciaria uma reflexão sobre o papel do professor no processo de inclusão de alunos com deficiência, o que viria a ser uma forma de quebrar barreiras atitudinais enraizadas no ambiente acadêmico.

7 ALGUMAS CONCLUSÕES

Diante da análise concluída, podemos afirmar que os objetivos propostos foram alcançados. As contribuições das falas dos docentes que responderam ao questionário foram, sem dúvida, de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois pudemos refletir acerca de pontos de extrema relevância sobre a formação docente e a inclusão de alunos com deficiência.

Com relação à formação dos treze professores dos cursos de Letras da UEPB Campus VI que colaboraram para a pesquisa, podemos afirmar que a maioria não teve durante suas graduações componentes curriculares que abordassem a inclusão, como também não investiram em formações continuadas nesta área. Todavia, um ponto positivo e muito importante que deve ser destacado aqui, é que a maioria afirma ter conhecimento sobre o capacitismo e o que está por trás dele.

Não menos importante, concluímos que a falta de preparo dos docentes dificultou bastante em alguns momentos de sua prática em que precisavam agir de forma inclusiva em determinadas situações, pois a maioria já teve em sala de aula alunos com diversas deficiências. Entretanto, sempre se mostraram solidários e dispostos a ajudá-los, mesmo que na base da tentativa e erro. Além disso, outro ponto bastante mencionado nas respostas que

também merece nosso destaque é a falta de apoio tanto das instituições de ensino como dos responsáveis pelos alunos com deficiência.

Vimos o quanto é necessário a formação docente voltada para uma perspectiva inclusiva, já que é nessa perspectiva que formamos professores eticamente profissionais, assim, o ensino superior precisa passar por mudanças, de modo que os alunos se sintam incluídos no ambiente e no processo de aprendizagem. Todos os cidadãos têm o direito de usufruir de uma educação de qualidade, esse direito apenas deve ser assegurado e cumprido de uma forma real e acessível.

Ter alunos com deficiência na escola ou na universidade não é o bastante para dizer que se faz inclusão ou que estes estão sendo incluídos. A inclusão é um processo complexo, porém não é uma missão impossível e devemos pensá-la como uma fonte de reconhecimento do outro, das suas capacidades e peculiaridades. Por isso é de grande valia entender que esse papel não depende unicamente do professor, mas de toda a sociedade em conjunto. Se cada um fizer sua parte nossa educação pode vir a se tornar mais humana e capaz de formar os alunos para um mundo mais ético e justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, S. **Capacitismo: O que é? Onde vive? Como se reproduz? As gordas**, 2015. Disponível em: <<https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-como-se-reproduz/>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

ARAGÓN, N. G. B. A formação inicial dos professores de língua espanhola da universidade estadual da Paraíba: uma perspectiva da educação inclusiva? In: Melo Maia, A. A; Medrado, B. P. (Orgs.) **Síndrome de Down: vozes e dimensões da inclusão escolar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 189-206.

BAIENSE, A. E. S. **Percentual de alunos matriculados com deficiência em classes comuns ou especiais exclusiva no Brasil – 2015 a 2019**. Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.psd/article/download/24763/21822/292885>>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

_____. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** Bauru, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

DANTAS, R. **As metamorfoses da formação: experiência com alunos com deficiência e desenvolvimento profissional ético.** 214f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

DANTAS, R. **Experiências partilhadas: vozes de alunos com deficiência e relatos de uma professora.** João Pessoa: Ideia, 2020.

DIEZ, C L. F.; HORN, G. B. **Orientações para elaboração de projeto e monografias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FARIAS, A.Q. **Deficiência, Docência e Ensino Superior: a trajetória acadêmica de uma professora cega.** Campina Grande: Revista Educação Inclusiva, 2019. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/REIN/article/view/5321>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

FERRAZ, R. 1981. **‘Não somos E.T’.** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/04/18/cartunista-expoe-dificuldades-e-falas-ofensivas-a-deficientes-com-charges.htm>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

FLORES, M. A. Dilemas e desafios na formação de professores. In: FLORES, M. A., PACHECO, J. A., EVANGELISTA, M. O. (Org.) **Formação de Professores: perspectivas educacionais e curriculares.** Portugal: Porto Editora, 2003, p. 127-160.

GLAT, R. PLETSCH, M. D. **O papel da universidade no contexto da política Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos.** Santa Maria: Revista Educação Especial, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2095>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. [Orgs]. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MEDRADO, B. P.; CELANI M. A. A. A Lei Brasileira de Inclusão: as antigas e novas demandas para a formação de professores e a aprendizagem de línguas. In: MATEUS, E.; TONELLI, J. R. A. (Orgs.) **Diálogos (im) pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas**. Editora Edgard Blücher, 2017, p. 204-220.

MEDRADO, B. P.; DANTAS, R. O plano nacional de educação e a formação docente inclusiva: entre diálogos e dialéticas. In: JESUS, D. M. de.; FURLANETO, L. da S. **Educação inclusiva, ensino e formação de professores de língua**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 39-57.

MEDRADO, B. P.; DANTAS, R. **O que dizer sobre o fazer pedagógico: vozes e sentidos em um contexto de inclusão**. Revista investigações, v. 27, jul. 2014. disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/571/945>>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

MEDRADO, B. P. Formando professores para incluir: contribuições da linguística aplicada. In: JORDÃO, Clarissa Menezes (org.). **A linguística aplicada no Brasil: rumos e passagens**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

QUINTELA, R. M. **Produção Didático-Pedagógica: o uso das tecnologias assistivas e de materiais adaptados no ensino de alunos com deficiência física**. Foz do Iguaçu- PR: Cadernos PDE, volume II, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca, 1994**. Sobre Princípios, Políticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

SKLIAR, C. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferenças, alteridade, diversidade e outros “outros”**. Ponto de Vista, Florianópolis: UFRGS, n. 05, p. 37-49, 2003.

APÊNDICE 1- QUESTIONÁRIO

O trabalho docente no ensino superior e Educação Inclusiva

1. 1. Nome e Sobrenome

2. 2. Idade

3. 3. Qual a sua formação? (Exemplo: graduado em, mestrado em, doutorado em.)

4. 4. Há quanto tempo você leciona no ensino superior?

5. Em qual curso você leciona na UEPB?

Letras Espanhol

Letras Português

6. 6. Durante sua formação, em sua graduação teve alguma disciplina que abordasse a Educação Inclusiva/Educação Especial?

Sim

Não

7. 7. Você fez algum curso de especialização na área da Educação Inclusiva?

M

Sim

Não

8. 8. Em seu trabalho docente, você já teve em sala de aula alunos com deficiência? Se sim, qual/quais? (deficiência visual, surdez, intelectual; e outros)

9. 9. Caso você já tenha tido alunos com deficiência, foi possível inclui-los no processo de ensino-aprendizagem? Tente explicar um pouco como acontecia essa inclusão.

10. 10. Você já ouviu falar em capacitismo?

.

Sim

Não

11. 11. Quais aspectos você acredita que são fundamentais para derrubar as barreiras que impedem docentes de adotarem práticas inclusivas?

12. 12. Nas jornadas pedagógicas da UEPB são abordados temas sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior? Para você, qual a relevância de serem introduzidos temas de inclusão nesses eventos?

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a oportunidade de poder concluir mais um ciclo importante em minha vida e orgulhar todos aqueles que amo. Aos meus adoráveis familiares, e à minha amada mãe por sempre acreditar em mim e por enfrentar o mundo para me ajudar durante todo esse período acadêmico.

Agradeço a todos os professores da instituição e aos que colaboraram respondendo o questionário, e agradeço, principalmente, à minha orientadora Náthaly, que com seus ensinamentos e orientações contribuíram muito para a realização deste trabalho, e também por toda sua dedicação e paciência comigo.

Aos meus queridos colegas de sala com quem pude compartilhar momentos únicos e verdadeiros, e especialmente Jessica dos Santos Campos, que conheci desde o primeiro dia de aula e que esteve comigo sempre me ajudando e dividindo alegria e aflições.